

RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Laísa Fischer¹;
Maria Manuela Alves Garcia ²

¹ Universidade Federal de Pelotas – laisafischer@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – garciamariamauela@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O trabalho possui o objetivo de apresentar as mudanças ocorridas no currículo de licenciatura em Educação Física após a reforma decorrente das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação dos Professores da Educação Básica (Resolução CNE/CP 1 de 18.02.2002 e Resolução CNE/CP 2 de 19.02.2002). Através da visão geral da reforma curricular proposta pela legislação, especificaremos e aprofundaremos as transformações realizadas no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, a partir da opinião de um grupo de alunos concluintes no ano de 2010. Frente às diversas mudanças do planejamento curricular, veremos a posição dos alunos quanto a essas transformações. Este estudo busca entender, segundo o ponto de vista dos alunos, quais os benefícios e os malefícios ocasionados após as reformas estabelecidas pelo CNE (Conselho Nacional de Educação). A partir de estudos e pesquisas bibliográficas de autores como GARCIA (2010), FREITAS (2002), PIMENTA e LIMA (2005), analisaremos os impactos que a reforma ocasionou na formação dos alunos, os futuros professores.

2. METODOLOGIA

Este estudo faz uma análise de parcela dos dados coletados pelo grupo de pesquisa GEDEB, orientado pela Dra. Maria Manuela Alves Garcia, que entre 2010 e 2011 desenvolveu a pesquisa “Teoria e prática na formação de professores: Impactos da reforma em currículos de licenciatura da UFPEl” (GARCIA, 2012). A coleta dos depoimentos dos alunos ocorreu no final do 2º. semestre de 2010, quando foram realizados quatro grupos focais com os alunos concluintes de quatro cursos de licenciatura da Universidade Federal de Pelotas; os respectivos cursos são: Artes Visuais, Ciências Sociais, Educação Física e Matemática. Cada entrevista foi dividida por curso e a duração das entrevistas variou de acordo com o desenvolvimento e a disposição dos alunos. Mas, em média, foram aproximadamente 50 minutos de entrevista com cada curso. Estavam presentes 17 alunos de Artes Visuais, 12 alunos de Ciências Sociais, 30 alunos de Educação Física e 6 alunos de matemática. As entrevistas foram conduzidas pela pesquisadora a partir de um roteiro de questões semiestruturadas, que foi sendo desenvolvido de modo flexível com o objetivo de levar os alunos a fazer uma avaliação do seu percurso formativo e das mudanças curriculares instituídas pela reforma. Todas as entrevistas foram filmadas e transcritas. Para o desenvolvimento da presente pesquisa, analisaremos as opiniões dos alunos concluintes, especificamente, do curso de licenciatura em Educação Física, visando os relatos referentes à relação da teoria e da prática, vinculados às mudanças inseridas no currículo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com as Diretrizes Curriculares de 2002, segundo o CNE, propôs-se reformas para melhor qualificar os cursos de formação básica de professores. Pois, antes da reforma curricular de 2002, não havia separação entre os cursos de licenciatura e bacharelado – existia sim o denominado *Modelo 3+1*. Tal modelo, formava tanto licenciados como bacharéis: 3 anos de curso em disciplinas específicas de uma área de conhecimento e obtinha-se o título de bacharel; aqueles que desejavam obter o título de licenciado, deveriam realizar um ano de acréscimo na formação, o qual era dedicado à formação pedagógica. Porém, no ano de 2001, o CNE propôs um Parecer (Parecer do CNE/CP 009/2001 de 8.05.2001), o qual sugeria mudanças nos currículos de formação de professores. Após avaliações do referido Parecer, o CNE o legalizou, transformando-o em Resoluções (Resolução CNE/CP 1 de 18.02.2002 e CNE/CP 2 de 19.02.2002).

Com a reforma estabelecida, uma grande mudança ocorreu nos currículos – fixou-se a divisão entre a licenciatura e o bacharelado. A ênfase da pesquisa é em relação aos cursos de licenciatura, então, conforme a Resolução CNE/CP 2 de 19.02.2002, as seguintes mudanças foram instituídas nos currículos de licenciatura: a duração mínima do curso é de 2.800 horas. Essa carga horária passou a ter a seguinte divisão: 400 horas são destinadas às PCC's (Prática como Componente Curricular), 400 horas de Estágio Supervisionado, 1.800 horas são destinadas às disciplinas de conteúdos de natureza científico-cultural, e as 200 horas restantes, equivalem à participação em Atividades Complementares (Atividades Acadêmico-científico-culturais). Perante as referidas mudanças, as novas propostas dos currículos dos cursos de Licenciatura foram fortemente criticadas, por alguns, de serem pragmáticas, práticas demais (GARCIA, 2010; FREITAS, 2002). Como visto, as Diretrizes Curriculares Nacionais optaram no investimento de tempo em prática na formação dos futuros docentes. Nos currículos que antecederam a reforma de 2002, a prioridade centrava-se nas disciplinas específicas, sendo poucos os conteúdos voltados à docência, à prática pedagógica.

Salienta-se o fato de o CNE normatizar as questões referentes à distribuição de horas durante a formação dos graduandos, porém, destinou a cada instituição a escolha da melhor forma de orientação e ensino, de acordo com a realidade vivenciada por cada instituição e cada curso. No caso na UFPel, a instituição disponibilizou a cada Colegiado de Curso autonomia para aplicar as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Possuindo autonomia para optar pela melhor distribuição da carga horária das aulas, o curso de Licenciatura de Educação Física da UFPel determinou o cumprimento de 3.111 horas (em 8 semestres) de formação. Sendo que 1.190 horas são relacionadas às disciplinas ligadas à Educação e ao ensino. Estabeleceram 408 horas de PCC's, realizadas entre o terceiro e o sétimo semestre, e outras 408 horas foram destinadas para o Estágio Supervisionado, os quais são realizados no 6º, 7º e 8º semestre. Instituíram três estágios, os quais são aplicados de 1ª a 4ª série, 5ª a 8ª série e no Ensino Médio. No currículo que antecedia a reforma, os graduandos possuíam apenas um estágio, realizado no final da formação.

Analisando a entrevista com os alunos de Educação Física, primeiramente, afirmaram que o acréscimo das 800 horas de prática resultou em um efeito positivo em suas formações, pois através de tais práticas, obtiveram boa orientação por parte dos professores e mais oportunidade de conhecimento da realidade escolar. Segundo

os alunos, a inserção dos 3 estágios os qualificaram, pois, os prepararam melhor para a realidade que iriam enfrentar. Um fato que enfatizaram negativamente, foi referente às disciplinas pedagógicas. Criticaram os professores regentes de tais disciplinas, os quais eram da Faculdade de Educação, por não estarem ligados com a realidade do curso. De acordo com eles, ocorreu um distanciamento entre os professores e alunos, resultando em críticas dos discentes às disciplinas pedagógicas. De acordo com a análise dos dados, quando os alunos foram questionados sobre as disciplinas que ofereceram maior contribuição para as suas formações, responderam: as PCC's, os Estágios Supervisionados, os projetos de extensão e as práticas pedagógicas. Nota-se, então, que apesar de algumas críticas referentes às cadeiras que envolvem a prática, as disciplinas acrescentadas no currículo após a reforma foram importantes na formação desses alunos. Outra mudança instituída pela legislação refere-se à separação total das identidades dos cursos de licenciatura e bacharelado. No entanto, foi constatado através da entrevista, que os alunos de ambos os cursos realizaram algumas PCC's em conjunto, assim como outras disciplinas de conhecimento específico. Os alunos acreditam que a divisão dos cursos é algo "simbólico".

Em relação ao Estágio Supervisionado, os alunos afirmaram que os professores que acompanharam o estágio não atuavam dentro das escolas, não possuindo conhecimentos sobre a realidade. Notavelmente, há forte crítica em relação ao ensino que antecede o estágio, devido à falta de aproximação entre os professores do estágio e a realidade do ambiente escolar.

Apesar das decisões do Colegiado, os alunos acreditavam ter falhas ao longo de suas formações. Pois, embora os alunos se sentissem satisfeitos com a inserção das 800 horas de prática, os mesmos sentiram-se prejudicados em relação à aprendizagem de conteúdos específicos, alegando uma formação "meio que generalista".

Após a análise da entrevista dos alunos do curso de Licenciatura de Educação Física da UFPel, torna-se evidente que as disciplinas práticas foram importantes em suas formações, mas foram as disciplinas teóricas que possibilitaram o aprendizado de conhecimentos específicos – os quais, no caso, eles precisarão para trabalhar com os futuros alunos. Com os estudos e aprofundamento nesse caso da Educação Física, notamos que os cursos de formação de professores estão prejudicados tanto no quesito teórico quanto na prática (PIMENTA e LIMA, 2005). Como apresentado, os alunos detectaram falhas tanto na teoria como na prática, pois segundo os mesmos, o curso pretende abranger grande quantidade de horas práticas, porém, não oferece subsídio teórico o suficiente para sentirem-se confiantes.

4. CONCLUSÕES

Através do estudo realizado sobre teoria e prática e a análise do currículo reformado do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, conclui-se que apesar das transformações resultantes da reforma curricular de 2002, ainda há adaptações que precisam ser realizadas para que, de fato, ocorra melhorias na formação básica de professores. O CNE, através das direções quanto aos currículos de licenciatura, orientou de forma que acrescentou benefícios, em certos pontos, na formação do futuro professor. Os próprios alunos concluintes, em 2010, do curso de Licenciatura em Educação Física da UFPel afirmaram ter melhorias em relação ao currículo antigo, o Modelo 3 +1. No entanto, embora o currículo tenha melhorado, assim como os alunos constatam, ainda falta melhor direcionamento

quanto às disciplinas teóricas. É necessário uma articulação entre disciplinas teóricas e disciplinas práticas (PIMENTA e LIMA, 2005). É preciso ocorrer uma conexão entre ambos os aspectos, teoria e prática, os conteúdos devem ser contínuos para que seja possível um vínculo entre os conhecimentos, de forma que os alunos possam produzir resultados mais satisfatórios com a aprendizagem conjunta da teoria e da prática.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 009/2001, de 8 de maio de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 de jan. 2002. seção 1. P. 31. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 de mar de 2002, seção 1, p.9. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

FREITAS, H.C.L. **Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação**. Educação e Sociedade, Campinas: CEDES, v.23, n80, p.137-168, 2002.

GARCIA, M. M. A. Textos e contextos na reforma da licenciaturas: o caso da UFPel. **Educação e Realidade**, UFRGS, v. 35, p. 229 – 252, 2010.

_____. **Relatório de Pesquisa: Teoria e prática na formação de professores: impactos da reforma em currículos de licenciatura na UFPel** (Edital MCT/CNPq No. 014/2009 – Universal). Pelotas, Faculdade de Educação: UFPel, Jan. 2012.

PIMENTA, S.G; LIMA, M.S.L. **Estágio e docência: diferentes concepções**. Coleção docência em formação. 3. ed., São Paulo, SP: Cortez, 2008. Disponível em: <http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/107676/14684/estagio_e_docencia_1.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2014.